



CÓD: OP-053MA-24
7908403554034

TRF 2

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

450 questões gabaritadas
Técnico Judiciário Área de Apoio especializado-
Enfermagem



ATENÇÃO

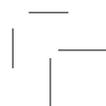
- A Opção não está vinculada às organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material não garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública,
- Sua apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada,
- Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: www.apostilasopção.com.br/contatos.php, com retorno do professor no prazo de até 05 dias úteis.,
- É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Noções de Direito Administrativo	55
3. Noções de Direito Constitucional	69
4. Noções de Direito Penal	81
5. Noções de Sustentabilidade	89
6. Noções de Gestão Estratégica	93
7. Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade	107
8. Conhecimentos Específicos	123



LÍNGUA PORTUGUESA

1. INSTITUTO AOCB - 2023

Como os astros influenciam nossa vida? Veja o que é ciência ou não

Desde a composição do corpo humano até a construção de grandes civilizações, devemos nossa existência e nossa evolução às estrelas e à observação do céu. Os astros, então, têm uma influência enorme na nossa vida.^a

Curiosamente, porém, é comum que as pessoas atribuam à posição de planetas, Lua e estrelas outros “poderes” que, do ponto de vista científico, eles não têm - como moldar nossa personalidade ou comportamento.

Quem explica isso é Marcelo Girardi Schappo, doutor em Física Atômica e Molecular, professor do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e autor de *Astronomia - Os astros, a ciência, a vida cotidiana* (ed. Contexto), livro recém-lançado que aborda a importância dos céus no nosso dia-a-dia.^b

Em entrevista à BBC News Brasil, Schappo explica quatro influências determinantes dos astros na existência humana, e duas que, apesar de bastante populares, não têm respaldo científico.

Estamos falando de elementos como carbono, oxigênio, enxofre, magnésio e a maior parte dos nomes que vemos na tabela periódica, existentes em estrelas que viveram bilhões de anos atrás e foram continuamente explodindo e se reconstituindo.

Nesse processo, explica Schappo, as estrelas formaram uma “nuvem inicial”, que deu origem ao Sol - a principal estrela do nosso Sistema Solar -, aos planetas como a Terra e à combinação de elementos que permitiu que gases, minerais, água e a vida surgissem e evoluíssem por aqui.

É um processo que se estende por cerca de 13 bilhões de anos e que permitiu a riqueza de elementos químicos da Terra. Por isso, estudiosos de astronomia costumam dizer que nós, seres vivos, somos feitos de “poeira das estrelas”.

As estrelas, explica Schappo, “fazem um processo de fusão nuclear e vão juntando esses elementos pequenos, que viram elementos mais pesados. Esses tijolinhos (elementos) fundamentais à nossa vida aqui vieram do interior de estrelas, que explodiram ou expandiram as suas camadas externas e enriqueceram quimicamente o am-

ambiente interestelar. É esse material que vai acabar se aglomerando e dar origem a novas estrelas, planetas e novos sistemas onde eventualmente a vida pode florescer.”

Construção das civilizações

Para além da base fundamental da vida, foi graças aos céus - mais especificamente, à capacidade de nossos antepassados em observar os céus - que pudemos construir as civilizações humanas, afirma Schappo.

Ele se refere especificamente às estações do ano.

As diferentes estações existem - e se opõem nos hemisférios Norte e Sul - por causa da inclinação da Terra em relação ao Sol, enquanto dá a volta em torno do Sol.^c

Como a Terra é inclinada em seu eixo, os raios solares incidem de forma diferente em diferentes partes do mundo, a depender do momento do ano - assim, a energia do Sol incide com mais intensidade nos meses de verão e menos intensidade nos de inverno.

Muito antes de adquirirem esse conhecimento científico, nossos antepassados aprenderam sobre os padrões climáticos observando o céu. Há constelações de estrelas que só aparecem no céu noturno nos meses de verão, enquanto outras são visíveis no inverno, detalha Schappo. Várias civilizações também identificaram as datas de solstícios e equinócios (dias com mais ou menos luz diurna no ano), o que lhes permitiu identificar a troca de estações.

Com esses padrões astronômicos, foi possível se antecipar a períodos de secas ou chuvas, e perceber os melhores momentos de plantar e colher.

“Se antever a isso ajudou na transição de um sistema nômade para um sedentário”^d, em que sociedades puderam se desenvolver e prosperar, argumenta o físico. “É obrigatório conhecer esse ambiente e esses padrões da Terra.”

Por isso, ele argumenta que entender astronomia foi uma “questão de sobrevivência”.

Esse conhecimento evoluiu para o calendário - o Gregoriano, que vigora atualmente, foi criado há 440 anos para acompanhar os pouco mais de 365 dias que a Terra demora para dar sua volta em torno do Sol.

Agora que a humanidade está diante de mudanças nos padrões climáticos da Terra por conta do aquecimento global, Marcelo Schappo argumenta que o conhecimento

astronômico também será fundamental - por conta de sua capacidade de analisar os padrões do Sol e a forma como a nossa atmosfera absorve sua energia.

Além de ensinar nossos antepassados a entender os ciclos climáticos, a observação dos céus foi crucial em outro ponto importante na história humana: as navegações. “Muitas navegações e métodos de navegação importantes na história foram guiados pelas estrelas”, afirma Schappo.

Uma das estrelas da constelação do Cruzeiro do Sul, por exemplo, “aponta quase no polo Sul celeste - é um bom indicativo de onde está o sul, e a partir daí sabe onde estão os outros pontos cardeais”, explica o físico.

No hemisfério Norte, a Estrela Polar, na constelação da Ursa Menor, é usada como indicativo do norte.

Hoje, a nossa navegação via satélite também se apoia no conhecimento astronômico - tanto no envio de satélites ao espaço quanto na utilização desses satélites para você definir, no GPS do celular, o trajeto que vai fazer de casa para o trabalho.

“O sistema do GPS funciona com vários satélites, colocados em órbita da Terra”, explica Schappo.

“Quando quero usar meu celular para saber minha posição no planeta, o que ele (aparelho) faz é trocar informações com esses satélites - e o sinal leva um tempo para sair do celular, chegar no satélite e retornar. É com essa diferença de tempo de sinal que ele troca com pelo menos dois ou três satélites^e que ele calcula exatamente a posição em que você está no planeta em latitude, longitude e altitude. Portanto, é uma superferramenta para navegação aérea, marítima e exploração terrestre.”

[...]

Texto adaptado de: Como os astros influenciam nossa vida? Veja o que é ciência ou não - BBC News Brasil. Acesso em: 02 de jul. 2023

Assinale a alternativa em que há uma inadequação em um termo/expressão por conta de mudança das regras do Novo Acordo Ortográfico.

- (A) “Os astros, então, têm uma influência enorme na nossa vida.”
 (B) “[...] livro recém-lançado que aborda a importância dos céus no nosso dia-a-dia.”
 (C) “As diferentes estações existem - e se opõem nos hemisférios Norte e Sul - por causa da inclinação da Terra em relação ao Sol [...]”
 (D) “Se antever a isso ajudou na transição de um sistema nômade para um sedentário.”
 (E) “É com essa diferença de tempo de sinal que ele troca com pelo menos dois ou três satélites [...]”

2. INSTITUTO AOCP - 2023

A questão refere-se ao Texto I.

Texto I

Novas tecnologias: tendências e o que esperar para o futuro

Toda vez que uma nova tecnologia chega, ela traz com ela mudanças e impactos na sociedade como um todo. Elas transformam a forma como trabalhamos, aprendemos, nos comunicamos e fazemos negócios, e não param de surgir.

Realidade virtual, Big Data e drones são alguns exemplos de novas tecnologias que já fazem parte do cotidiano. Blockchain, plantação vertical, impressão 4D representam nomes do futuro.

Tecnologias novas são extremamente importantes porque elas têm o potencial de melhorar significativamente a qualidade de vida das pessoas em muitas áreas diferentes

— a depender de como são usadas

Abaixo estão alguns dos principais benefícios que as novas tecnologias podem trazer:

- melhoria da eficiência: as novas tecnologias mundiais podem tornar muitas atividades mais eficientes, reduzindo o tempo necessário para executar tarefas e automatizando muitos processos. Isso pode levar a uma maior produtividade e a uma redução de custos;

- democratização do conhecimento: uma nova tecnologia também pode democratizar o conhecimento, permitindo que pessoas de diferentes partes do mundo tenham acesso a informações valiosas e aprendam novos assuntos. Isso pode levar a uma maior igualdade de oportunidades educacionais e uma melhor qualidade de vida para as pessoas;

- melhoria da comunicação: tecnologias novas, quando se pensa em toda a era da internet, por exemplo, podem melhorar a comunicação entre as pessoas, permitindo que elas se conectem rapidamente com quem não está próximo fisicamente. Felizmente, isso pode levar a uma maior colaboração e troca de ideias, bem como uma melhor compreensão entre as culturas.

A cada nova invenção, mais possibilidades surgem.

Mas afinal, quais novas tecnologias têm gerado grandes impactos no mundo? São:

- Realidade virtual e aumentada;
- Inteligência artificial;
- Drones;
- Internet das Coisas (IoT);
- Big Data;
- Impressão 3D; • Robótica.

A realidade virtual (VR) e a realidade aumentada (AR) são tecnologias que criam uma experiência imersiva em um ambiente virtual ou uma sobreposição de informações digitais em um ambiente real.

A VR é amplamente utilizada em jogos, treinamentos de simulação, design de produtos, terapia e entretenimento, enquanto a AR tem sido aplicada em publicidade, compras, saúde, educação e turismo.

A inteligência artificial (IA) é uma tecnologia que permite que máquinas aprendam e realizem tarefas que normalmente requerem inteligência humana, como reconhecimento de fala, visão computacional, processamento de linguagem natural e tomada de decisão.

Alguns exemplos são assistentes virtuais como a Alexa e o famoso Chat GPT, que auxilia na criação de conteúdo.

Os drones são veículos aéreos não tripulados (UAVs) que podem ser controlados remotamente ou programados para realizar tarefas específicas.

Os drones permitem uma inspeção mais segura e eficiente de estruturas, a entrega rápida de produtos e serviços, bem como o registro de imagens e vídeos de locais de difícil acesso. A Internet das Coisas (IoT) refere-se a um sistema de dispositivos interconectados que se comunicam uns com os outros e com a internet, coletando e compartilhando dados em tempo real.

O Big Data refere-se ao enorme volume de dados que são coletados diariamente de diversas fontes, incluindo dispositivos móveis, mídias sociais, sensores e outros dispositivos IoT.

A análise de Big Data permite que as empresas descubram padrões, identifiquem tendências e tomem decisões com base em insights valiosos. A impressão 3D é uma tecnologia que permite a criação de objetos físicos a partir de um modelo digital tridimensional.

A robótica é uma área do conhecimento que permite a criação de robôs que podem realizar tarefas de forma autônoma ou com supervisão humana. Pensando em 2023, há também uma série de novas tecnologias para ficar de olho. Conheça algumas delas.

O blockchain é uma tecnologia que permite o armazenamento e compartilhamento de informações de forma segura e descentralizada.

A tecnologia 5G é a próxima geração de redes móveis, que promete uma conexão mais rápida e estável. Ela permite que mais dispositivos sejam conectados simultaneamente e oferece maior capacidade de transferência de dados, abrindo caminho para novas tecnologias como carros autônomos, realidade virtual e IoT.

A impressão 4D é uma tecnologia que permite a criação de objetos que se transformam ao longo do tempo em resposta a determinados estímulos.

Em 2023, o metaverso com certeza será uma tendência. Ele funciona como uma nova forma de ambiente digital imersivo, que busca criar um universo paralelo em que os usuários possam interagir de forma mais completa com o mundo digital. Através do uso de tecnologias como realidade virtual e inteligência artificial, o metaverso permite a criação de ambientes digitais que podem ser aplicados em jogos, educação e até mesmo em ambientes de trabalho.

A plantação vertical é uma tecnologia que permite o cultivo de plantas em ambientes fechados, em que elas crescem verticalmente em camadas.

Essa tecnologia tem sido aplicada em áreas urbanas, onde o espaço é limitado, e em regiões áridas ou com condições climáticas adversas, onde o cultivo convencional pode ser inviável.

Além disso, a planta vertical pode ter um menor impacto ambiental, já que reduz a necessidade de transporte de alimentos e pode utilizar técnicas de cultivo mais sustentáveis.

Adaptado de: Internet das coisas - Notícias e tudo sobre | CNN Brasil. Acesso em: 02 de jul. 2023

“A inteligência artificial (IA) é uma tecnologia que permite que máquinas aprendam e realizem tarefas que normalmente requerem inteligência humana, como reconhecimento de fala, visão computacional, processamento de linguagem natural e tomada de decisão.” Nesse excerto, os verbos em destaque

- (A) têm como sujeito tudo o que lhes antecede: “A inteligência artificial (IA) é uma tecnologia que permite que máquinas”.
- (B) se encontram no plural para concordar com “tarefas”.
- (C) pertencem à 1ª conjugação (“ar”).
- (D) encontram-se no futuro do presente do indicativo.
- (E) têm como sujeito somente o termo “máquinas” que os antecede.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. INSTITUTO AOCF - 2024

Como administrador público da Universidade Federal de Sergipe, você precisa observar e orientar sua atuação a partir de alguns princípios norteadores da administração pública. Qual é o princípio do interesse público em que os tributos pagos pelos cidadãos e utilizados para custear as funções administrativas apresentam a melhor relação custo-benefício possível?

- (A) Princípio da eficiência.
- (B) Princípio da legalidade.
- (C) Princípio da publicidade.
- (D) Princípio da moralidade.
- (E) Princípio da impessoalidade.

2. INSTITUTO AOCF - 2022

Referente aos princípios da Administração Pública e à organização administrativa do Estado, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A vedação ao nepotismo e as regras quanto à realização de concurso público para o ingresso na carreira pública podem ser apontadas como corolário do princípio da impessoalidade.
- (B) Segundo o princípio da autotutela, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (C) Na outorga, também denominada descentralização por colaboração, é transferida a titularidade e a execução do serviço público à pessoa jurídica diversa do Estado.
- (D) As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, ainda que essa seja instituída ou mantida pelo poder público, podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.
- (E) Embora não possuam personalidade jurídica própria, determinados órgãos públicos gozam de capacidade processual ativa, de modo que, em tais casos, terão capacidade postulatória para agirem judicialmente em nome próprio.

3. INSTITUTO AOCF - 2022

Assinale a alternativa que apresenta apenas princípios constitucionais que regem a atividade da Administração Pública.

- (A) Eficiência, legalidade e proporcionalidade.
- (B) Supremacia do interesse público, impessoalidade e moralidade.
- (C) Moralidade, publicidade e impessoalidade.
- (D) Legalidade, razoabilidade e eficiência.
- (E) Proporcionalidade, moralidade e impessoalidade.

4. INSTITUTO AOCF - 2022

Com fundamento na Lei de Ação Popular, assinale a alternativa que **NÃO** apresenta um requisito do ato administrativo.

- (A) Finalidade.
- (B) Coercibilidade.
- (C) Competência.
- (D) Motivo.
- (E) Objeto.

5. INSTITUTO AOCF - 2022

Além dos princípios próprios do regime jurídico administrativo, a compreensão das normas aplicáveis à Administração Pública perpassa pelas construções constantes da literatura. Assim, a prática e veiculação de atos administrativos têm relação íntima com construções teóricas clássicas, como a de Otto von Gierke, entre outros autores. Diante de todo este cenário, assinale a alternativa correta sobre os atos administrativos.

- (A) A vontade no ato administrativo é idêntica àquela verificada quanto aos atos jurídicos de direito privado, sendo ambas uma manifestação de vontade autônoma.
- (B) O ato praticado por um particular, no exercício de sua autonomia privada, que produza efeitos no âmbito do direito administrativo, pode ser categorizado como ato administrativo.
- (C) Inobstante haver obrigação de atuação da Administração Pública em determinado caso, a omissão na manifestação de vontade perante a situação não irá repercutir em ilicitude.
- (D) A extinção das relações jurídicas derivadas dos atos administrativos não está sujeita ao regime da legalidade.
- (E) A autoexecutoriedade do ato administrativo, para sua regularidade, deve obedecer de forma estrita aos princípios da legalidade e da proporcionalidade.

6. INSTITUTO AOCF - 2023

No que diz respeito aos órgãos públicos e aos atos administrativos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() A criação e a extinção de órgãos públicos dependem de lei, todavia, quando não implicar aumento de despesa, sua organização e funcionamento podem ocorrer mediante decreto do chefe do Executivo.

() Os órgãos públicos são as repartições internas do Estado, criadas a partir da descentralização administrativa, com a finalidade de tornar a atuação estatal mais eficiente.

() O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial, sendo que a delegação pode ser revogada a qualquer tempo pela autoridade delegante.

() As certidões e os pareceres podem ser apontados como espécies de atos administrativos ordinatórios.

- (A) F – F – F – V.
- (B) F – V – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – F – V – F.
- (E) V – V – F – V.

7. INSTITUTO AACP - 2022

“Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.”

O trecho apresentado exterioriza a ideia do conceito de licença, que pode ser considerada como espécie dos atos administrativos

- (A) negociais.
- (B) normativos.
- (C) ordinatórios.
- (D) punitivos.
- (E) enunciativos.

8. INSTITUTO AACP - 2022

O ato administrativo pode ser classificado de diversas maneiras. Considerando a classificação quanto ao seu conteúdo, assinale a alternativa que apresenta a classificação e descrição **INCORRETAS**.

- (A) O ato constitutivo é o que cria uma nova situação jurídica individual para seus destinatários em relação à Administração.
- (B) O ato abdicativo é aquele pelo qual o titular abre mão de um direito, dependendo de autorização legislativa.
- (C) O ato extintivo é o que põe termo a situações jurídicas individuais, como, por exemplo, a cassação de autorização.
- (D) O ato simplificado é o que visa reconhecer situações pre-existentes ou, mesmo, possibilitar seu exercício, como, por exemplo, a emissão de certidões.
- (E) O ato alienativo é o que opera a transferência de bens ou direitos de um titular a outro.

9. INSTITUTO AACP - 2022

No que concerne aos atos administrativos, é correto afirmar que os despachos e os ofícios podem ser enquadrados como espécies dos atos administrativos

- (A) ordinatórios.
- (B) normativos.
- (C) negociais.
- (D) enunciativos.
- (E) punitivos.

10. INSTITUTO AACP - 2022

No que diz respeito aos atos administrativos, é **correto** afirmar que a Administração pode revogar seus próprios atos

- (A) quando eivados de ilegalidade.
- (B) por motivos de conveniência ou oportunidade.
- (C) quando não suscetíveis de convalidação.
- (D) caso extrapolem competência definida em lei.
- (E) se porventura forem dotados de desvio de finalidade.

11. INSTITUTO AACP - 2022

Considere que o Governador do Estado do Rio Grande do Norte editou decreto para a fiel execução de determinada lei estadual. Nessa hipótese, o supracitado decreto pode ser apontado como manifestação do

- (A) poder regulamentar.
- (B) excesso de poder.
- (C) desvio de poder.
- (D) poder de polícia.
- (E) poder hierárquico.

12. INSTITUTO AACP - 2023

Em ação popular, o autor pede a invalidação do contrato administrativo celebrado entre empresa de sociedade de economia mista municipal, criada por lei para promover o gerenciamento do sistema de trânsito local, e empresa privada contratada para fixação e manutenção de radares ao longo das vias do território municipal. Sustenta que a contratação é inválida por embutir hipótese de delegação ilegal do poder de polícia, a par da lesividade com a potencial invalidação de milhares de multas de trânsito. Menciona, de passagem, que a própria delegação do poder de polícia para sociedade de economia mista enseja dúvida acerca da sua validade jurídica. Em vista da situação narrada, é **correto** afirmar que

- (A) o poder de polícia não pode ser delegado a pessoas de personalidade jurídica de direito privado, de modo que tanto a empresa de sociedade de economia mista quanto a empresa por ela contratada, exercem indevidamente atividade típica do Estado.
- (B) o poder de polícia pode ser delegado à sociedade de economia mista no caso em discussão, uma vez que esta integra a estrutura da Administração Indireta, presta serviço público e foi criada por lei. Porém, a delegação do poder de polícia feita à pessoa da iniciativa privada, por meio do referido contrato administrativo, deve ser invalidada.
- (C) o poder de polícia pode ser delegado à sociedade de economia mista no caso em discussão, uma vez que esta integra a estrutura da Administração Indireta, presta serviço público e foi criada por lei. O contrato administrativo em questão envolve apenas fixação e manutenção de detectores de velocidade, configurando meros atos materiais preparatórios à prática do ato de polícia, não se verificando, no ponto, invalidade do ajuste.
- (D) o poder de polícia pode ser delegado à sociedade de eco-

nomia mista no caso em discussão, uma vez que esta integra a estrutura da Administração Indireta, presta serviço público, foi criada por lei, possuindo, ainda, função legislativa para criar sanções administrativas de trânsito. O contrato administrativo em questão envolve apenas fixação e manutenção de detectores de velocidade, configurando meros atos materiais preparatórios à prática do ato de polícia, não se verificando, no ponto, invalidade no ajuste.

13. INSTITUTO AOC - 2022

“[...] atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”

Referente aos poderes e deveres da Administração Pública, é **correto** afirmar que o trecho apresentado retrata o

- (A) desvio de poder.
- (B) excesso de poder.
- (C) poder hierárquico.
- (D) poder disciplinar.
- (E) poder de polícia.

14. INSTITUTO AOC - 2022

Assinale a alternativa correta acerca do direito administrativo.

- (A) O abuso de poder pode ser classificado em desvio e excesso de poder, sendo que este último caracteriza um vício de competência.
- (B) É vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
- (C) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, vedada a sua prorrogação.
- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são criadas mediante lei específica.
- (E) A revogação do ato administrativo consiste na sua retirada do ordenamento jurídico por motivos de legalidade.

15. INSTITUTO AOC - 2022

Assinale a alternativa correta em relação aos conceitos gerais da administração pública.

- (A) A administração pública, de acordo com a Constituição Federal, está dividida em direta, semidireta e indireta.
- (B) A administração pública deve atuar de acordo com 5 princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, reciprocidade e eficiência.
- (C) O serviço público pode ser direto (exercido por meio dos entes do Estado) e indireto (exercido sob o regime de concessão ou permissão).

(D) As autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista fazem parte da administração direta.

(E) Na administração pública, as atividades do Estado podem ser divididas em 3 tipos: funcionais, institucionais e legislativas.

16. INSTITUTO AOC - 2024

Em relação à organização administrativa e aos serviços públicos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

II. Conforme entendimento do STF, as sociedades de economia mista, desde que prestem serviço público essencial em regime de exclusividade e sem intuito lucrativo, submetem-se ao regime constitucional de precatórios para o adimplemento de seus débitos.

III. Nos termos da Lei nº 8.987/1995, a concessão de serviço público deve ser precedida de licitação, na modalidade concorrência ou leilão.

IV. Para a Lei nº 8.987/1995, serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A eficiência, nesse caso, compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas II, III e IV.

17. INSTITUTO AOC - 2023

Sobre a organização administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Os conselhos de fiscalização profissionais possuem natureza jurídica de empresa pública, sujeitando-se, portanto, ao regime jurídico de direito privado.
- (B) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração direta dos entes federados consorciados.
- (C) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), empresa pública de direito privado, tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados.
- (D) Dispensa autorização legislativa a alienação do controle acionário das sociedades de economia mista.
- (E) As empresas estatais que atuem na exploração de atividade econômica, em regime concorrencial, são abrangidas pela imunidade tributária recíproca.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. INSTITUTO AACP - 2024

Como administrador público da Universidade Federal de Sergipe, você precisa observar e orientar sua atuação a partir de alguns princípios norteadores da administração pública. Qual é o princípio do interesse público em que os tributos pagos pelos cidadãos e utilizados para custear as funções administrativas apresentam a melhor relação custo-benefício possível?

- (A) Princípio da eficiência.
- (B) Princípio da legalidade.
- (C) Princípio da publicidade.
- (D) Princípio da moralidade.
- (E) Princípio da impessoalidade.

2. INSTITUTO AACP - 2022

Referente aos princípios da Administração Pública e à organização administrativa do Estado, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) A vedação ao nepotismo e as regras quanto à realização de concurso público para o ingresso na carreira pública podem ser apontadas como corolário do princípio da impessoalidade.
- (B) Segundo o princípio da autotutela, a administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- (C) Na outorga, também denominada descentralização por colaboração, é transferida a titularidade e a execução do serviço público à pessoa jurídica diversa do Estado.
- (D) As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, ainda que essa seja instituída ou mantida pelo poder público, podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.
- (E) Embora não possuam personalidade jurídica própria, determinados órgãos públicos gozam de capacidade processual ativa, de modo que, em tais casos, terão capacidade postulatória para agirem judicialmente em nome próprio.

3. INSTITUTO AACP - 2022

“A Administração deve tratar a todos sem favoritismos, nem perseguições, simpatias ou animosidades políticas ou ideológicas”.

À luz dos princípios da Administração Pública, é correto afirmar que o fragmento apresentado descreve especificamente o princípio da

- (A) impessoalidade.
- (B) publicidade.
- (C) supremacia do interesse público sobre o privado.
- (D) segurança jurídica.
- (E) legalidade.

4. INSTITUTO AACP - 2022

A atuação do administrador público segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé traduz obediência ao princípio da

- (A) legalidade.
- (B) autotutela.
- (C) anterioridade.
- (D) publicidade.
- (E) moralidade.

5. INSTITUTO AACP - 2022

Com fundamento na Lei de Ação Popular, assinale a alternativa que **NÃO** apresenta um requisito do ato administrativo.

- (A) Finalidade.
- (B) Coercibilidade.
- (C) Competência.
- (D) Motivo.
- (E) Objeto.

6. INSTITUTO AACP - 2022

Além dos princípios próprios do regime jurídico administrativo, a compreensão das normas aplicáveis à Administração Pública passa pelas construções constantes da literatura. Assim, a prática e veiculação de atos administrativos têm relação íntima com construções teóricas clássicas, como a de Otto von Gierke, entre outros autores. Diante de todo este cenário, assinale a alternativa **correta** sobre os atos administrativos.

- (A) A vontade no ato administrativo é idêntica àquela verificada quanto aos atos jurídicos de direito privado, sendo ambas uma manifestação de vontade autônoma.
- (B) O ato praticado por um particular, no exercício de sua autonomia privada, que produza efeitos no âmbito do direito administrativo, pode ser categorizado como ato administrativo.
- (C) Inobstante haver obrigação de atuação da Administração Pública em determinado caso, a omissão na manifestação de vontade perante a situação não irá repercutir em ilicitude.
- (D) A extinção das relações jurídicas derivadas dos atos administrativos não está sujeita ao regime da legalidade.
- (E) A autoexecutoriedade do ato administrativo, para sua regularidade, deve obedecer de forma estrita aos princípios da legalidade e da proporcionalidade.

7. INSTITUTO AACP - 2023

No que diz respeito aos órgãos públicos e aos atos administrativos, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() A criação e a extinção de órgãos públicos dependem de lei, todavia, quando não implicar aumento de despesa, sua organização e funcionamento podem ocorrer mediante decreto do chefe do Executivo.

() Os órgãos públicos são as repartições internas do Estado, criadas a partir da descentralização administrativa, com a finalidade de tornar a atuação estatal mais eficiente.

() O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial, sendo que a delegação pode ser revogada a qualquer tempo pela autoridade delegante.

() As certidões e os pareceres podem ser apontados como espécies de atos administrativos ordinatórios.

- (A) F – F – F – V.
- (B) F – V – V – F.
- (C) F – V – F – V.
- (D) V – F – V – F.
- (E) V – V – F – V.

8. INSTITUTO AOC - 2022

“Licença é o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade.”

O trecho apresentado exterioriza a ideia do conceito de licença, que pode ser considerada como espécie dos atos administrativos

- (A) negociais.
- (B) normativos.
- (C) ordinatórios.
- (D) punitivos.
- (E) enunciativos.

9. INSTITUTO AOC - 2022

O Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás, no âmbito de sua competência, deseja publicar ato administrativo em que torne obrigatória a utilização de farda, durante o expediente, para todos os policiais militares que estão lotados em setores administrativos da corporação. Nesse caso, o ato administrativo correto a ser utilizado para veicular tal regramento é o/a

- (A) instrução normativa.
- (B) memorando.
- (C) ordem de serviço.
- (D) circular.
- (E) portaria.

10. INSTITUTO AOC - 2022

No que concerne aos atos administrativos, é correto afirmar que os despachos e os ofícios podem ser enquadrados como espécies dos atos administrativos

- (A) ordinatórios.
- (B) normativos.
- (C) negociais.
- (D) enunciativos.
- (E) punitivos.

11. INSTITUTO AOC - 2022

No que diz respeito aos atos administrativos, é correto afirmar que a Administração pode revogar seus próprios atos

- (A) quando eivados de ilegalidade.
- (B) por motivos de conveniência ou oportunidade.
- (C) quando não suscetíveis de convalidação.
- (D) caso extrapolem competência definida em lei.
- (E) se porventura forem dotados de desvio de finalidade.

12. INSTITUTO AOC - 2022

Por intermédio de procedimento licitatório, a empresa “JL Construções” foi contratada pela Administração Pública do Estado de Goiás para a construção da nova sede administrativa do Corpo de Bombeiros Militar, que será localizada em Goiânia. No entanto, durante a execução do contrato, após regular procedimento administrativo, a referida empresa foi multada pelo contratante, pois foram constatados sucessivos atrasos na execução da obra. Nesse caso, é correto afirmar que essa multa contratual aplicada pela Administração Pública decorre do

- (A) poder de polícia.
- (B) poder hierárquico.
- (C) poder regulamentar.
- (D) poder disciplinar.
- (E) abuso de poder.

13. INSTITUTO AOC - 2022

Após regular o processo administrativo, Tibério, servidor público aposentado há menos de dois anos, foi penalizado com a cassação de sua aposentadoria. Segundo consta dos autos do procedimento, a punição ocorreu porque Tibério, no último mês em que estava em atividade no serviço público, praticou infração grave, sujeita à penalidade de demissão. Com base no caso narrado e à luz dos poderes administrativos, é correto afirmar que a sanção aplicada decorre especificamente do

- (A) poder disciplinar.
- (B) poder hierárquico.
- (C) poder regulamentar.
- (D) poder de polícia.
- (E) abuso de poder.

14. INSTITUTO AOC - 2023

Em ação popular, o autor pede a invalidação do contrato administrativo celebrado entre empresa de sociedade de economia mista municipal, criada por lei para promover o gerenciamento do sistema de trânsito local, e empresa privada contratada para fixação e manutenção de radares ao longo das vias do território municipal. Sustenta que a contratação é inválida por embutir hipótese de delegação ilegal do poder de polícia, a par da lesividade com a potencial invalidação de milhares de multas de trânsito. Menciona, de passagem, que a própria delegação do poder de polícia para sociedade de economia mista enseja dúvida acerca da sua validade jurídica. Em vista da situação narrada, é correto afirmar que

- (A) o poder de polícia não pode ser delegado a pessoas de personalidade jurídica de direito privado, de modo que tanto a empresa de sociedade de economia mista quanto a empresa por ela contratada, exercem indevidamente atividade típica do Estado.
- (B) o poder de polícia pode ser delegado à sociedade de economia mista no caso em discussão, uma vez que esta integra a estrutura da Administração Indireta, presta serviço público e foi criada por lei. Porém, a delegação do poder de polícia feita à pessoa da iniciativa privada, por meio do referido contrato administrativo, deve ser invalidada.
- (C) o poder de polícia pode ser delegado à sociedade de economia mista no caso em discussão, uma vez que esta integra a estrutura da Administração Indireta, presta serviço público e foi criada por lei. O contrato administrativo em questão envolve apenas fixação e manutenção de detectores de velocidade, configurando meros atos materiais preparatórios à prática do

ato de polícia, não se verificando, no ponto, invalidade do ajuste.

(D) o poder de polícia pode ser delegado à sociedade de economia mista no caso em discussão, uma vez que esta integra a estrutura da Administração Indireta, presta serviço público, foi criada por lei, possuindo, ainda, função legislativa para criar sanções administrativas de trânsito. O contrato administrativo em questão envolve apenas fixação e manutenção de detectores de velocidade, configurando meros atos materiais preparatórios à prática do ato de polícia, não se verificando, no ponto, invalidade no ajuste.

15. INSTITUTO AOCP - 2023

Yelena, servidora pública do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no exercício de suas funções, foi multada por estacionar o veículo oficial do órgão ministerial em local proibido. Nesse caso, em relação aos poderes da Administração Pública, é correto afirmar que a multa de trânsito imposta provém do

- (A) poder regulamentar.
- (B) poder de polícia.
- (C) poder disciplinar.
- (D) poder hierárquico.
- (E) poder discricionário.

16. INSTITUTO AOCP - 2022

“[...] atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.”

Referente aos poderes e deveres da Administração Pública, é correto afirmar que o trecho apresentado retrata o

- (A) desvio de poder.
- (B) excesso de poder.
- (C) poder hierárquico.
- (D) poder disciplinar.
- (E) poder de polícia.

17. INSTITUTO AOCP - 2022

Assinale a alternativa correta em relação aos conceitos gerais da administração pública.

- (A) A administração pública, de acordo com a Constituição Federal, está dividida em direta, semidireta e indireta.
- (B) A administração pública deve atuar de acordo com 5 princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, reciprocidade e eficiência.
- (C) O serviço público pode ser direto (exercido por meio dos entes do Estado) e indireto (exercido sob o regime de concessão ou permissão).
- (D) As autarquias, as fundações, as empresas públicas e as sociedades de economia mista fazem parte da administração direta.
- (E) Na administração pública, as atividades do Estado podem ser divididas em 3 tipos: funcionais, institucionais e legislativas.

18. INSTITUTO AOCP - 2022

Segundo a doutrina, os órgãos públicos podem ser classificados a partir de diversos critérios. Nesse contexto, quanto à posição que o órgão ocupa na escala governamental, assinale a alternativa que apresenta um órgão classificado como independente.

- (A) Ministério da Saúde.
- (B) Secretaria da Fazenda.
- (C) Advocacia-Geral da União.
- (D) Polícia Federal.
- (E) Presidência da República.

19. INSTITUTO AOCP - 2024

Em relação à organização administrativa e aos serviços públicos, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

II. Conforme entendimento do STF, as sociedades de economia mista, desde que prestem serviço público essencial em regime de exclusividade e sem intuito lucrativo, submetem-se ao regime constitucional de precatórios para o adimplemento de seus débitos.

III. Nos termos da Lei nº 8.987/1995, a concessão de serviço público deve ser precedida de licitação, na modalidade concorrência ou leilão.

IV. Para a Lei nº 8.987/1995, serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas. A eficiência, nesse caso, compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

- (A) Apenas I e II.
- (B) Apenas I e IV.
- (C) Apenas III e IV.
- (D) Apenas I, II e III.
- (E) Apenas II, III e IV.

20. INSTITUTO AOCP - 2023

Sobre a organização administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Os conselhos de fiscalização profissionais possuem natureza jurídica de empresa pública, sujeitando-se, portanto, ao regime jurídico de direito privado.
- (B) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração direta dos entes federados consorciados.
- (C) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), empresa pública de direito privado, tem o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados.
- (D) Dispensa autorização legislativa a alienação do controle acionário das sociedades de economia mista.
- (E) As empresas estatais que atuem na exploração de atividade econômica, em regime concorrencial, são abrangidas pela imunidade tributária recíproca.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. INSTITUTO AACP - 2023

Ao realizar uma diligência em um estabelecimento privado, um servidor público encontra valores em moeda corrente que haviam sido esquecidos no imóvel pelo proprietário. Ele, então, aproveitou-se do fato de ter entrado no imóvel para cumprir suas funções de servidor público e apropriou-se dos valores. Qual infração foi cometida no caso hipotético descrito?

- (A) O servidor público cometeu o crime de furto.
- (B) O servidor público cometeu o crime de apropriação indébita.
- (C) O servidor público cometeu o crime de peculato.
- (D) O servidor público cometeu o crime de apropriação de coisa havida por erro.
- (E) O servidor público cometeu o crime de apropriação de coisa achada.

2. INSTITUTO AACP - 2022

Antônio, ex-estagiário da agência da Caixa Econômica Federal em Recife, Pernambuco, foi denunciado pelo Ministério Público Federal por ter se apropriado de valores subtraídos de contas correntes supostamente inativas. O estagiário subtraiu, em proveito próprio, o valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), entre janeiro e agosto de 2018. A conduta ilícita só foi possível em razão de ter o acusado acesso às senhas de funcionários da Caixa Econômica Federal, que foram memorizadas quando da digitação nos sistemas ou que foram fornecidas ao estagiário pelos próprios funcionários do banco. Com base no exposto, é correto afirmar que a conduta do ex-estagiário se amolda ao crime de

- (A) peculato-furto.
- (B) peculato-desvio.
- (C) peculato-apropriação.
- (D) corrupção passiva.
- (E) concussão.

3. INSTITUTO AACP - 2021

Examine as seguintes situações hipotéticas:

1. Jaime, delegado de polícia, em razão de seu cargo, apropriou-se de joias e metais preciosos que estavam apreendidos no depósito da delegacia.

2. Lívia, auditora fiscal, para não autuar determinada empresa por irregularidades tributárias, exigiu de seu sócio proprietário a entrega de dinheiro. Conforme o Código Penal, Jaime e Lívia responderão, respectivamente, pelos crimes de

- (A) apropriação indébita e corrupção passiva.
- (B) apropriação indébita e concussão.
- (C) prevaricação e corrupção ativa.
- (D) peculato e concussão.
- (E) peculato e corrupção passiva.

4. INSTITUTO AACP - 2021

Em relação ao delito de peculato, é correto afirmar que

- (A) por ser delito de mão própria, não admite coautoria ou participação para sua prática.
- (B) a reparação do dano pelo funcionário público, nas modalidades de peculato-desvio e peculato-apropriação, se preceder ao trânsito em julgado de sentença penal condenatória, extingue a punibilidade do acusado; sendo-lhe posterior, reduz a pena em até 1/3 (um terço).
- (C) para o Superior Tribunal de Justiça, peculato-desvio é crime material para cuja consumação se exige que o agente público ou terceiro obtenha vantagem indevida mediante prática criminosa.
- (D) embora seja crime próprio, admite-se coautoria e/ou participação com agente que não tenha a qualidade de funcionário público, desde que o agente saiba da condição de funcionário público do autor.
- (E) o prefeito de determinada cidade do interior do Rio Grande do Sul desviou, dolosamente, mão de obra pública para efetuar reparos na propriedade de seu amigo. Nesse caso hipotético, pode-se afirmar que o prefeito cometeu crime previsto com o *nomen iuris* "peculato-desvio".

5. INSTITUTO AACP - 2021

Análise o seguinte caso hipotético: Jairo, servidor público, violando dever funcional, apropriou-se de dois celulares particulares, os quais estavam em sua posse em razão do cargo. Considerando o disposto no Código Penal, Jairo estará sujeito a ser processado e julgado pelo crime de

- (A) peculato.
- (B) furto.
- (C) apropriação indébita.
- (D) corrupção passiva.
- (E) concussão.

6. INSTITUTO AACP - 2021

No crime de peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível,

- (A) reduz pela metade a pena.
- (B) reduz em dois terços a pena.
- (C) extingue a punibilidade.
- (D) exclui a tipicidade.
- (E) reduz em um terço a pena.

7. INSTITUTO AACP - 2019

O funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou que desviá-lo, em proveito próprio ou alheio, responderá pelo delito de

- (A) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (B) peculato.
- (C) apropriação indébita.

- (D) prevaricação.
- (E) corrupção passiva.

8. INSTITUTO AOCP - 2019

Um servidor público estadual apropriou-se de um computador, do qual tinha a posse em razão de seu cargo, a fim de entregá-lo como presente para sua esposa. Qual foi o delito praticado por esse servidor?

- (A) Furto.
- (B) Concussão.
- (C) Peculato.
- (D) Prevaricação.
- (E) Corrupção passiva.

9. INSTITUTO AOCP - 2018

Abelardo, servidor público lotado na Vara do Trabalho de Porto Real/RJ, aproveita para apropriar para si, enquanto os demais servidores estavam em horário de almoço, um dos microcomputadores do tipo “laptop” que haviam sido ali depositados em Juízo após penhora de bens de parte reclamada em processo trabalhista, embora tivesse ele (Abelardo) a função de zelar e conservar tais objetos. Esse servidor cometeu qual crime, em tese, de acordo com o Código Penal Brasileiro?

- (A) Apropriação indébita (art. 168, caput, CP).
- (B) Corrupção ativa (art. 333, caput, CP).
- (C) Corrupção passiva (art. 317, caput, CP).
- (D) Furto qualificado (art. 155, § 4º, CP)
- (E) Peculato (art. 312, caput, CP).

10. INSTITUTO AOCP - 2022

Sobre o direito penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A interpretação analógica, método de colmatação do ordenamento jurídico, caso seja desfavorável ao réu, não pode ser admitida no direito penal, em atenção ao princípio da reserva legal.
- (B) A nova lei penal que implique tratamento mais rigoroso à conduta já classificada como infração penal é denominada *lex mitior*. Como se trata de lei penal mais grave, somente terá aplicação aos fatos posteriores à sua entrada em vigor.
- (C) Segundo o princípio da representação, ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes praticados contra a administração pública por quem está a seu serviço.
- (D) Configura *bis in idem* o reconhecimento das qualificadoras de motivo torpe e de feminicídio no crime de homicídio praticado contra mulher em situação de violência doméstica e familiar.
- (E) Não há flagrante quando a entrega de valores ocorre em momento posterior à exigência, pois o crime de concussão é formal e o recebimento se consubstancia em mero exaurimento.

11. INSTITUTO AOCP - 2019

Dentre as seguintes alternativas, assinale a **INCORRETA**.

- (A) O jurado pode ser responsabilizado criminalmente por crime de corrupção passiva.
- (B) Funcionário público que não dispõe da posse de determinado bem, porém se vale da facilidade que sua condição de funcionário proporciona para subtrair “para si ou para outrem” comete crime de “peculato furto”.

- (C) No crime do art. 317 do Código Penal, corrupção passiva, o sujeito ativo é somente o funcionário público.
- (D) Ocorrerá crime de concussão mesmo se a exigência, para si ou para outrem, versar sobre vantagem devida.
- (E) Pratica o delito de corrupção passiva o funcionário público que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, mas em razão dela, vantagem indevida.

12. INSTITUTO AOCP - 2019

Um servidor público municipal exigiu para si, em razão de sua função, vantagem indevida.

Na situação hipotética acima, esse servidor cometeu o crime de

- (A) concussão.
- (B) prevaricação.
- (C) peculato.
- (D) corrupção passiva.

13. INSTITUTO AOCP - 2023

Determinado agente público de trânsito, atendendo ao pedido do prefeito da cidade, deixou de multá-lo por avançar o sinal vermelho do semáforo. Nesse caso, nos termos do Código Penal, o agente de trânsito praticou o crime de

- (A) condescendência criminosa.
- (B) corrupção passiva.
- (C) advocacia administrativa.
- (D) prevaricação.
- (E) tráfico de influência.

14. INSTITUTO AOCP - 2023

Um servidor público, responsável por atividades de fiscalização em um setor regulado da atividade econômica, depara-se com uma infração sendo cometida por um agente privado. Segundo a lei, o servidor público deveria lavar auto de infração sobre o fato, com base no qual seria imposta multa administrativa ao agente privado. Entretanto, o servidor público propõe-lhe o pagamento de um suborno em dinheiro à vista para liberá-lo sem autuação. O agente privado aceita e efetua o pagamento ao servidor, que se apropria do dinheiro e deixa o agente privado seguir com suas atividades sem realizar o auto de infração. A respeito do caso hipotético descrito, é correto afirmar que

- (A) o servidor cometeu crime de concussão, enquanto o agente privado não cometeu crime nenhum.
- (B) o servidor cometeu crime de corrupção passiva, enquanto o agente privado não cometeu crime nenhum.
- (C) o servidor cometeu crime de corrupção ativa, e o agente privado cometeu crime de corrupção passiva.
- (D) o servidor cometeu crime de concussão, e o agente privado cometeu crime de corrupção ativa.
- (E) o servidor cometeu crime de corrupção passiva, e o agente privado cometeu o crime de corrupção ativa.

15. INSTITUTO AOC - 2022

Determinado juiz de 1ª instância recebeu R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para absolver um importante empresário do agronegócio local, que estava sendo denunciado pela prática de diversos crimes contra a ordem tributária. Para ocultar a origem ilícita do valor recebido como propina, o magistrado simulou ganhos com a venda de um terreno de sua propriedade, localizado em uma das regiões mais valorizadas da comarca. Diante dos fatos narrados, é correto afirmar que o magistrado deverá responder

- (A) somente pela concussão, pois a lavagem de dinheiro, nesse caso, restaria absorvida pela infração penal antecedente.
- (B) somente pela corrupção passiva, pois, de maneira análoga ao que acontece no delito de receptação, a lavagem de dinheiro, para o autor da infração penal antecedente, configura mero exaurimento impunível.
- (C) somente pela corrupção passiva, pois, em respeito à vedação à dupla punição pelo mesmo fato, o ordenamento jurídico brasileiro não admite a figura da autolavagem.
- (D) por concussão e lavagem de dinheiro, sendo que, para que seja condenado por esse último delito, é indispensável que haja condenação pela infração penal antecedente.
- (E) por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, pois o agente, já com a posse do proveito do primeiro crime, volta a praticar conduta típica com o objetivo de imprimir aparência de licitude aos recursos obtidos.

16. INSTITUTO AOC - 2019

O funcionário público que retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, incorrerá no delito de

- (A) prevaricação.
- (B) condescendência criminosa.
- (C) concussão.
- (D) corrupção passiva.
- (E) corrupção ativa.

17. INSTITUTO AOC - 2018

Determinado tipo penal previsto no Código Penal possui o seguinte enunciado: "Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal". Determinado servidor público do setor administrativo da Justiça do Trabalho deixa de publicar edital relativo à intimação de um amigo pessoal, para que este ganhe mais prazo de tempo no processo em que responde. A esse fato criminoso cometido pelo servidor em questão dá-se o nome do tipo penal respectivo de

- (A) exploração de prestígio.
- (B) tráfico de influência.
- (C) abandono de função.
- (D) condescendência criminosa.
- (E) prevaricação.

18. INSTITUTO AOC - 2020

Está prevista como crime a conduta de "Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.". Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta o crime a que o funcionário público estará sujeito ao cometer tal conduta.

- (A) Condescendência criminosa.
- (B) Advocacia administrativa.
- (C) Violência arbitrária.
- (D) Prevaricação.
- (E) Corrupção passiva.

19. INSTITUTO AOC - 2018

Considerando a atual redação do Código Penal, cometerá o crime de "tráfico de influência" todo sujeito que praticar qual das seguintes condutas?

- (A) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- (B) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- (C) Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- (D) Revelar fato de que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo, ou facilitar-lhe a revelação.
- (E) Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha.

20. INSTITUTO AOC - 2022

Richarlison, gerente de um hotel em Caldas Novas-GO, anunciou no hall de entrada do estabelecimento que não mais receberia hóspedes provenientes da Argentina enquanto não se encerrasse a Copa do Mundo de Futebol de 2022. Na ocasião, expulsou um casal argentino que havia acabado de chegar ao hotel para se alojar em um dos quartos. Sobre a conduta de Richarlison, é possível afirmar que ele

- (A) não cometeu infração penal, embora possa ser processado por danos à coletividade.
- (B) cometeu injúria racial contra o casal e difamação contra a etnia argentina.
- (C) não cometeu infração penal, mas cometeu contravenção penal por preconceito de raça ou de cor.
- (D) cometeu contravenção penal por recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador em virtude de preconceito étnico.
- (E) cometeu crime de preconceito por impedir o acesso ou recusar hospedagem em hotel, pensão, estalagem, ou qualquer estabelecimento similar, motivado por discriminação de procedência nacional.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

1. INSTITUTO AOCF - 2022

Considerando a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinale a alternativa que apresenta um dos princípios elencados na Lei nº. 12.305/2010.

- (A) Proteção da saúde pública e da qualidade ambiental.
- (B) Estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.
- (C) Redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos.
- (D) Capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos.
- (E) Respeito às diversidades locais e regionais.

2. INSTITUTO AOCF - 2022

De acordo com a Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), assinale a alternativa que apresenta um dos conteúdos mínimos exigidos para elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.

- (A) Localização geográfica do empreendimento.
- (B) Licença Ambiental dos aterros de destino dos resíduos sólidos.
- (C) A origem do abastecimento de água e descarte de esgoto do empreendimento.
- (D) Anotação de Responsabilidade Técnica do responsável pela elaboração.
- (E) Descrição do empreendimento ou da atividade.

3. INSTITUTO AOCF - 2022

Sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10), é correto afirmar que

- (A) os planos de gestão de resíduos sólidos serão formulados e executados pela União e Estados e, de forma supletiva, pelos Municípios, preservando-se a autonomia dos entes, sendo sua elaboração condição para acesso a recursos públicos nos termos estampados na lei.
- (B) são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de determinados produtos descritos em lei.
- (C) são instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros, a coleta seletiva; o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; a pesquisa científica e tecnológica; a educação ambiental; a anistia a multas ambientais por compensação em créditos de carbono; o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária.

(D) o poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos; contudo a responsabilidade por danos que vierem a ser provocados pelo gerenciamento inadequado dos respectivos resíduos ou rejeitos será exclusivamente dos entes públicos contratantes quando os serviços de coleta, armazenamento, transporte, transbordo, tratamento ou destinação final de resíduos sólidos, ou de disposição final de rejeitos, forem realizados por pessoas físicas e jurídicas contratadas.

(E) são proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos: lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos; lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração; queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; outras formas vedadas pelo poder público desde que não sejam mais restritivas às previstas na lei e afetem a atividade socioeconômica das comunidades locais.

4. INSTITUTO AOCF - 2021

Com base no contido na Lei Federal nº 12.305/2010, assinale a alternativa correta.

- (A) O conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotado pelo Governo Federal na Política Nacional de Resíduos Sólidos não pode ocorrer de forma isolada, mas sim em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal, Municípios ou particulares, com vistas à gestão integrada e ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos.
- (B) Na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, reutilização, redução, tratamento dos resíduos sólidos, reciclagem e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- (C) A inexistência de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos impossibilitará a elaboração, a implementação ou a operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos sólidos.
- (D) O plano estadual de resíduos sólidos deve atuar de forma macrorregional, cabendo exclusivamente aos municípios realizar consórcios para elaborar planos microrregionais de resíduos sólidos, bem como planos específicos direcionados às regiões metropolitanas ou às aglomerações urbanas.
- (E) A elaboração de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos é requisito basilar para o recebimento de recursos da União destinados, por exemplo, a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, sendo priorizados os Municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

5. INSTITUTO AOCB - 2019

Em relação ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos, é correto afirmar que

- (A) deverá ser atualizado a cada cinco anos.
- (B) será elaborado pelos estados, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.
- (C) deverá conter medidas para incentivar e viabilizar a gestão regionalizada dos resíduos sólidos.
- (D) deverá apresentar um diagnóstico da situação futura dos resíduos sólidos.
- (E) deverá conter meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito municipal, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social.

6. INSTITUTO AOCB - 2010

A gestão integrada de resíduos sólidos refere-se ao conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável. Dentro da Política Nacional de Resíduos Sólidos, a gestão integrada de resíduos sólidos compreende

- (A) um princípio.
- (B) um objetivo.
- (C) um instrumento.
- (D) uma diretriz.

7. INSTITUTO AOCB - 2016

São instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei Federal nº 12.305/10, EXCETO

- (A) a pesquisa científica e tecnológica.
- (B) os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde.
- (C) a cobrança.
- (D) os acordos setoriais.
- (E) os planos de resíduos sólidos.

8. INSTITUTO AOCB - 2010

Considerando a Lei Federal nº 12.305/2010 na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade:

- (A) não geração, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- (B) redução, reciclagem, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- (C) não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- (D) redução, não geração, reciclagem, reutilização e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- (E) redução, não geração, reciclagem, reutilização, tratamento dos resíduos sólidos ambientalmente adequado.

9. INSTITUTO AOCB - 2010

De acordo com a Lei nº 12.305/2010, é objetivo da Política Nacional de Resíduos Sólidos

- (A) a prevenção e a precaução.
- (B) o desenvolvimento sustentável.

- (C) a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.
- (D) o direito da sociedade à informação e ao controle social.
- (E) a proteção da saúde pública e da qualidade ambiental.

10. INSTITUTO AOCB - 2010

Conforme a Lei Nº. 12.305/2012, qual é a ordem de prioridade na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos?

- (A) Reciclagem; reutilização; tratamento dos resíduos sólidos; redução; não geração e disposição final.
- (B) Não geração; redução; reutilização; reciclagem; tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.
- (C) Redução; reciclagem; reutilização; disposição final; tratamento dos resíduos sólidos e não geração.
- (D) Não geração; reutilização; reciclagem; redução; tratamento e disposição final dos resíduos.
- (E) Tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; não geração; redução; reciclagem e reutilização.

11. INSTITUTO AOCB - 2010

Na gestão ambiental urbana, ações integradas e participativas, comprometidas com a sustentabilidade nas três vertentes que a constituem: social, econômica e ambiental, têm evidenciado um interessante caminho para o equacionamento de problemas ambientais e de questões contemporâneas complexas, como a interdisciplinaridade e a intersetorialidade. Dentre as práticas que contribuem para a melhoria das condições ambientais e de saúde do trabalhador, está a gestão dos resíduos sólidos gerados nas diferentes atividades desenvolvidas no espaço institucional de atuação. Sobre classificação e caracterização dos resíduos preconizada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, é correto afirmar que

- (A) os Resíduos químicos são as culturas e estoques de microrganismos; resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados e descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados.
- (B) são resíduos orgânicos a mistura de microrganismo e meios de cultura, sobras de amostras contendo sangue ou quaisquer líquidos corpóreos, recipientes e resíduos contaminados ou não com microrganismo.
- (C) rejeitos Radioativos são materiais resultantes de atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de isenção especificados na Norma CNEN-NE-6.02 da Comissão Nacional de Energia Nuclear – e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista.
- (D) os resíduos infectantes são resíduos de análises químicas, sobras da preparação de reagentes; frascos de reagentes, resíduos de limpeza de equipamentos de laboratórios e materiais contaminados com substâncias químicas que oferecem riscos à saúde humana e à qualidade do meio ambiente.
- (E) os resíduos físicos podem apresentar-se na forma sólida, semissólida, líquida ou gasosa. Esses resíduos podem possuir vários graus de periculosidade, de acordo com suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.

12. INSTITUTO AOC - 2019

A Constituição Federal determina, em seu artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, o Poder Público está incumbido, dentre outras ações, de

- (A) exigir, em caso de instalação de obra ou atividade que possa causar significativa degradação do meio ambiente, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental, que deverá ter trâmite administrativo sigiloso.
- (B) prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, bem como preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais.
- (C) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e vedar as atividades das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- (D) proteger a fauna e a flora, permitidas, na forma da lei, as práticas que submetam os animais à crueldade, desde que em benefício da humanidade ou em virtude de interesse público.
- (E) promover a pesquisa e manipulação de material genético.

13. INSTITUTO AOC - 2019

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. São incumbências do poder público para assegurar esse direito, EXCETO

- (A) preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.
- (B) controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.
- (C) exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- (D) promover a educação ambiental apenas nos níveis básicos de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.
- (E) proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

14. INSTITUTO AOC - 2018

Assinale a alternativa correta tendo em vista a Constituição Federal.

- (A) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- (B) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica proposta por seu respectivo departamento competente.
- (C) O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, mediante políticas específicas, vedada a participação de entidades não governamentais.

(D) Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em asilos e casas de repouso credenciadas junto ao Poder Público.

(E) Aos maiores de sessenta anos, é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

15. INSTITUTO AOC - 2012

De acordo com a Constituição Federal, a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são

- (A) bens dominicais, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- (B) bens de uso comum do povo, e sua utilização far-se-á livremente, desde que assegurem a preservação do meio ambiente.
- (C) patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- (D) patrimônio nacional, sendo vedada a utilização dos recursos naturais existentes nestas áreas.
- (E) bens de uso comum do povo, sendo vedada, contudo, a utilização dos recursos naturais existentes nestas áreas.

GABARITO

1	E
2	E
3	B
4	E
5	C
6	B
7	C
8	C
9	E
10	B
11	C
12	B
13	D
14	A
15	C

ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. INSTITUTO VERBENA - 2024

A portaria de notificação compulsória do Ministério da Saúde, tem sua Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública atualizada com frequência, acompanhando evolução do cenário epidemiológico do Brasil. Dentre as doenças de notificação compulsória, há doença notificada quando caso suspeito e doença notificada apenas quando caso confirmado, são exemplos, **respectivamente**:

- (A) HIV/AIDS e doença pelo vírus zika.
- (B) dengue e tuberculose.
- (C) sífilis em gestante e sarampo.
- (D) violência e leishmaniose visceral.

2. FGV - 2024

Durante o atendimento, uma paciente com suspeita de Zika vírus foi a óbito.

Nesse caso, a notificação deve ser realizada em até

- (A) 12 horas.
- (B) 24 horas.
- (C) 48 horas.
- (D) 7 dias.
- (E) 14 dias.

3. FUNCERN - 2024

A infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) em gestante, parturiente ou puérpera e criança exposta ao risco de transmissão vertical do vírus figura na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos em de saúde pública do Ministério da Saúde. Assim, essa infecção deve ser notificada:

- (A) Diariamente.
- (B) Mensalmente.
- (C) Semanalmente.
- (D) Quinzenalmente.

4. CESGRANRIO - 2024

Os indicadores de saúde são medidas que contêm informações sobre determinados atributos e dimensões do estado de saúde da população. A análise desses indicadores possibilita a avaliação da situação sanitária de uma comunidade. Além disso, essa análise é utilizada como base para a formulação de políticas públicas, com o intuito de aperfeiçoar o sistema de saúde, assegurando melhores condições e qualidade de vida para a população. Um desses indicadores expressa o número de casos existentes de uma determinada doença em uma determinada população, lugar e momento.

Tal indicador é o coeficiente de

- (A) incidência
- (B) prevalência
- (C) letalidade
- (D) mortalidade
- (E) Swaroop e Uemura

5. FUNDATEC - 2024

Para fins de _____, serão considerados os óbitos fatais com _____ semanas ou mais de gestação, peso igual ou superior a _____ gramas ou estatura igual ou superior a 25 centímetros cabeça-calcanhar.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas do trecho acima.

- (A) notificação – 20 – 500
- (B) investigação – 20 – 450
- (C) notificação – 22 – 500
- (D) investigação – 22 – 500
- (E) investigação – 25 – 750

6. CEBRASPE (CESPE) - 2024

Considerando as vacinas indicadas para o público adulto e idoso no calendário vacinal em vigor, assinale a opção correta.

- (A) As pessoas que tiverem esquema vacinal completo da vacina contra sarampo, caxumba e rubéola, independentemente da idade em que foram vacinadas, não precisam receber doses adicionais.
- (B) A vacina pneumocócica 23-valente é recomendada para as pessoas adultas a partir dos 40 anos de idade.
- (C) A vacina contra hepatite B deve ser aplicada em duas doses de acordo com a situação vacinal da pessoa.
- (D) A vacina contra febre amarela possui recomendação de duas doses para pessoas que nunca foram vacinadas ou que não tenham comprovante de vacinação.
- (E) A vacina contra difteria e tétano tem recomendação de reforço a cada 15 anos.

7. FUNCERN - 2024

A vacina tríplice viral imuniza contra o sarampo, a caxumba e a rubéola. Está presente no calendário nacional de vacinação do adolescente do Programa Nacional de Imunizações do Brasil. A orientação é iniciar ou completar duas doses, de acordo com a situação vacinal, com intervalo mínimo entre as doses de:

- (A) 15 dias.
- (B) 25 dias.
- (C) 30 dias.
- (D) 60 dias.

8. REIS E REIS - 2024

De acordo com o Calendário de Vacinação Nacional 2024, podemos afirmar, exceto:

- (A) Aos 03 meses de idade: Vacina meningocócica C (conjugada) - (Meningo C) (1ª dose). Doenças evitadas: Proteção contra doença invasiva causada pela Neisseria meningitidis do sorogrupo C.
- (B) Aos 04 meses de idade: Vacina pneumocócica 10-valente (Conjugada) - (Pneumo 10) (2ª dose). Doenças evitadas: Prote

ção contra infecções invasivas (como meningite e pneumonia) e otite média aguda, causadas pelos 10 sorotipos *Streptococcus pneumoniae*.

(C) Aos 06 meses de idade: Vacina Tetra viral (1 dose). Doenças evitadas: Proteção contra Sarampo, Caxumba, Rubéola e varicela.

(D) Aos 4 anos de idade: Vacina adsorvida Difteria, Tétano e pertussis (DTP) (2º reforço). Doenças evitadas: Proteção contra Difteria, Tétano, Coqueluche.

9. CESGRANRIO - 2024

A tuberculose é uma doença contagiosa, provocada pela bactéria *Mycobacterium tuberculosis*. A vacina BCG é indicada para prevenir as suas formas graves, a Miliar e a Meníngea, devendo ser aplicada a dose única dessa vacina o mais precocemente possível, preferencialmente nas primeiras 12 horas após o nascimento, ainda na maternidade. Considere que um técnico de enfermagem irá aplicar a vacina BCG, produzida pelo Laboratório Serum Institute of India, em recém-nascidos de até 11 meses e 29 dias.

Nesse caso, a via de administração e a dose recomendada são, respectivamente,

- (A) subcutânea e 0,1 mL
- (B) subcutânea e 0,05 mL
- (C) intradérmica e 0,1 mL
- (D) intradérmica e 0,05 mL
- (E) intramuscular e 0,05 mL

10. CESGRANRIO - 2024

Mulher com 23 anos, na 10ª semana de gestação, iniciou o pré-natal em uma unidade de saúde. Durante a consulta, foi observado que ela desconhecia se havia tomado a vacina recombinante contra hepatite B.

Com relação a essa vacina, essa gestante deve receber a orientação de vacinar-se

- (A) segundo o esquema com duas doses, sendo a primeira aplicada imediatamente, e a segunda, 30 dias após a primeira.
- (B) segundo o esquema com duas doses, sendo a primeira após a 12ª semana de gestação, e a segunda, 6 meses após a primeira dose.
- (C) segundo o esquema com três doses, sendo a primeira aplicada imediatamente; a segunda, 30 dias após a primeira; e a terceira, 6 meses após a primeira dose.
- (D) segundo o esquema com três doses, sendo a primeira aplicada após a 12ª semana de gestação; a segunda, 30 dias após a primeira; e a terceira, 6 meses após a primeira dose.
- (E) após o parto, pois a vacina recombinante contra hepatite B é contraindicada na gestação.

11. FUNDATEC - 2024

Recentemente a vacina pediátrica contra a Covid-19 a foi incluída no Calendário Nacional de Vacinação. Analise as assertivas abaixo acerca dessa vacina:

I. O esquema básico é composto por três doses, sendo elas aos 06, 07 e 09 meses de idade.

II. Para as crianças que completaram o esquema básico, uma dose de reforço é recomendada aos 4 anos de idade.

III. Caso não se tenha iniciado e/ou completado o esquema primário até os 09 meses de idade, a vacina poderá ser administrada até 04 anos, 11 meses e 29 dias, conforme histórico vacinal, respeitando os intervalos mínimos recomendados.

IV. O intervalo mínimo recomendado entre as doses é de 04 semanas entre a 1ª e 2ª dose e de 08 semanas entre a 2ª e 3ª dose.

Quais estão corretas?

- (A) Apenas I e III.
- (B) Apenas II e IV.
- (C) Apenas I, III e IV.
- (D) Apenas II, III e IV.
- (E) I, II, III e IV.

12. VUNESP - 2024

Em 10.01.2024, ao comparecer ao ambulatório de saúde ocupacional para realizar o exame admissional, A.C., 29 anos, sexo feminino, candidata à vaga de cobrador(a), apresentou a carteira de vacinação contendo os seguintes registros:

Nome: A.C.		Data de Nascimento: 05.06.1995	
dT 05.06.2011	Hepatite B 05.06.2011	SCR 05.06.2011	Febre amarela 13.07.2018
dT 11.08.2011	Hepatite B 11.08.2011	SCR 11.08.2011	
dT 13.10.2011	Hepatite B 10.02.2012		
dTpa 29.09.2017			

Frente aos registros observados, de acordo com o preconizado pelo Ministério da Saúde, o técnico de enfermagem do trabalho deve considerar que

- (A) a candidata deve receber uma dose de reforço da vacina dT e a 2ª dose da vacina febre amarela.
- (B) A.C. deve ser revacinada com a 3ª dose da vacina Hepatite B, pois o intervalo mínimo entre a 2ª e 3ª doses aplicadas foi inferior a 5 meses, e receber uma dose de reforço da vacina dT.
- (C) a candidata deve receber a primeira dose da vacina HPV.
- (D) no momento, o esquema vacinal de A.C. está completo e correto.
- (E) A.C. deve receber uma dose de reforço da vacina dT.

13. UNIVIDA - 2024

São contraindicações para a vacinação contra febre amarela, EXCETO:

- (A) Crianças maiores de 9 meses de idade.
- (B) Mulheres amamentando crianças menores de 6 meses de idade.
- (C) Pessoas com alergia grave ao ovo.
- (D) Pessoas que vivem com HIV e que tem contagem de células CD4 menor que 350.
- (E) Pessoas submetidas a tratamento com imunossuppressores.

14. FUNDATEC - 2024

As atividades da sala de vacinação são desenvolvidas pela equipe de enfermagem, que é treinada e capacitada para os procedimentos de manuseio, conservação, preparo e administração, registro e descarte dos resíduos resultantes das ações de vacinação.

São funções da equipe responsável pelo trabalho na sala de vacinação, EXCETO:

- (A) Planejar as atividades de vacinação, monitorar e avaliar o trabalho desenvolvido de forma integrada ao conjunto das demais ações da unidade de saúde.
- (B) Prover, periodicamente, as necessidades de material e de imunobiológicos.
- (C) Acondicionar as caixas coletoras em sacos pretos e transportá-las até o local de armazenamento temporário quando necessário.
- (D) Manter as condições preconizadas de conservação dos imunobiológicos.
- (E) Registrar todos os dados referentes às atividades de vacinação nos impressos adequados para a manutenção, o histórico vacinal do indivíduo e a alimentação de informação do PNI.

15. INSTITUTO VERBENA - 2024

As condições de saúde da pessoa idosa podem indicar a necessidade de dieta enteral que deve ser fornecida na forma líquida por meio de uma sonda, que colocada no nariz ou na boca vai até o estômago ou intestino. Para o preparo e administração de dieta enteral, o cuidador deve seguir alguns cuidados de higiene, tais como lavar bem as mãos antes de preparar a dieta e

- (A) lavar o local de preparo da alimentação com água e sabão.
- (B) enxaguar o equipo, a seringa e o frasco em água fria.
- (C) utilizar água limpa para preparar a dieta.
- (D) limpar os utensílios com álcool a 70%.

16. INSTITUTO VERBENA - 2024

Ao descrever no prontuário o exame físico realizado no paciente, o enfermeiro utiliza das técnicas propedêuticas de inspeção, ausculta, percussão e palpação. Qual alternativa possui, nesta ordem das técnicas, achados no exame físico do abdome?

- (A) Escavado, ruídos hidroaéreos hipoativos, timpanismo e sinal de Blumberg positivo.
- (B) Globoso, murmúrios vesiculares rudes, maciço e sinal de Giordano positivo.
- (C) Plano, ruídos adventícios, macicez em quadrante superior direito, sinal de Murphy positivo.
- (D) Simétrico, timpânico, peristaltismo presente, sinal de piparote presente.

17. FGV - 2024

A ortopneia é caracterizada pela dificuldade de respirar quando se está

- (A) em pé.
- (B) sentado.
- (C) deitado.
- (D) decúbito lateral direito.
- (E) decúbito lateral esquerdo.

18. FUNCERN - 2024

Uma das medidas direcionadas aos indivíduos com hipertensão arterial sistêmica (HAS) é aferição da pressão arterial (PA), que pode ser realizada pelo técnico de enfermagem em nível ambulatorial. Para isso, o profissional precisa estar atento e implementar o cuidado, durante o procedimento, de:

- (A) Posicionar o paciente sentado, com o braço apoiado e à altura do precórdio.
- (B) Cobrir com a câmara inflável pelo menos um terço da circunferência do braço.
- (C) Aferir a pressão, na primeira vez, nos dois braços e considerar o valor mais baixo.
- (D) Desinflar o manguito rapidamente durante a aferição no braço direito (5 a 8 mmHg/seg).

19. FUNCERN - 2024

Um estudante de 17 anos foi atendido no ambulatório médico do IFRN com queixa de falta de ar intensa após uma partida de futebol de jogos escolares. Ao aferir os sinais vitais e a saturação periférica de oxigênio, a técnica de enfermagem encontrou os seguintes resultados: PA: 119x58mmHg; FC: 110bpm; FR: 10rpm; T: 36,1°C; SpO2: 87%. As nomenclaturas adequadas para as alterações identificadas são:

- (A) Hipotermia, bradipneia e hiperoxemia.
- (B) Hipotermia, taquipneia e hiperoxemia.
- (C) Taquicardia, bradipneia e hipoxemia.
- (D) Taquicardia, taquipneia e hipoxemia.

20. LJ ASSESSORIA - 2024

Os passos fundamentais para a preparação de um paciente antes de um exame físico envolvem uma série de procedimentos e cuidados essenciais que visam garantir a eficácia, conforto e segurança durante a avaliação médica. Neste aspecto, quais são os passos básico

- (A) Jejum de 24 horas antes do exame
- (B) Manter o paciente em repouso absoluto antes do exame
- (C) Garantir que a bexiga do paciente esteja vazia, explicar o procedimento e ajudar a se posicionar adequadamente
- (D) Não é necessário preparo prévio para exames físicos
- (E) Realizar um aquecimento cardiovascular antes do exames para a preparação de um paciente antes de um exame físico:

21. LJ ASSESSORIA - 2024

Qual é o papel fundamental e a relevância intrínseca da realização meticulosa e precisa da coleta de amostras biológicas destinadas a exames laboratoriais, considerando seu impacto direto na exatidão, confiabilidade e acurácia dos resultados diagnósticos:

- (A) Não influencia a precisão dos resultados dos exames
- (B) Substituição da coleta por experiência para resultados mais precisos
- (C) A coleta não é relevante para os exames laboratoriais
- (D) Afeta apenas o tempo de espera para receber os resultados dos exames
- (E) Garante a qualidade e confiabilidade dos resultados dos exames